

Workshop Técnico sobre Financiamento Baseado nas Necessidades na África Austral (SADC)
4-5 de novembro de 2019
Joanesburgo, África do Sul

ANTECEDENTES

O Workshop Técnico sobre Financiamento Baseado nas Necessidades na África Austral (SADC) foi organizado sob os auspícios do Projecto de Financiamento Baseado nas Necessidades (NBF) do Secretariado da UNFCCC em colaboração com o Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) de 4 a 5 de Novembro de 2019 em Joanesburgo, África do Sul. O objectivo do workshop foi iniciar o desenvolvimento de uma *Estratégia de Mobilização e Acesso ao Financiamento do Clima da SADC* ("a estratégia").

O Projeto NBF é uma resposta à decisão da Conferência das Partes em sua vigésima terceira sessão (COP 23) que solicitou ao secretariado da UNFCCC para ajudar as Partes países em desenvolvimento a avaliar suas necessidades e prioridades e a traduzir as necessidades de financiamento climático em ação (6/CP.23, para 10). Além disso, a Conferência das Partes, reunida na qualidade de Partes no Protocolo de Quioto, solicitou ao secretariado da CQNUAC que apoiasse o financiamento de projectos climáticos (3/CMP.1, 6/CMP.11 e 12/CMA. 1). Esses mandatos, além do Acordo de Paris, formaram a base para ajudar os países em desenvolvimento a avaliar suas necessidades relacionadas à implementação de Contribuições Determinadas Nacionalmente, Planos Nacionais de Adaptação e estratégias climáticas, bem como ajudar na mobilização de apoio para atender a essas necessidades.

O Workshop Técnico contou com a participação de 42 peritos dos ministérios das finanças e do ambiente de 15 dos 16 Estados Membros da SADC, bem como peritos em finanças climáticas de agências bilaterais, multilaterais, da ONU e de organizações internacionais. A lista dos participantes consta do [anexo II](#).

O objetivo da Oficina Técnica foi começar a desenhar o trabalho técnico do projeto, em particular, o desenvolvimento de uma estratégia de financiamento climático para a região, a ser realizada nos próximos seis a oito meses. O desenvolvimento da estratégia é guiado pelos resultados deste workshop, bem como pela recolha de mais informação e investigação a ser realizada por consultores especializados.

O seminário proporcionou uma oportunidade para fazer o balanço do estado do financiamento climático na região da SADC e permitiu uma troca de conhecimentos e informações entre os Estados Membros da SADC e peritos regionais, para ajudar no desenvolvimento da estratégia para financiar as necessidades climáticas prioritárias da região.

O seminário de dois dias incluiu apresentações que comunicaram uma visão geral dos fluxos de financiamento climático, necessidades, experiências e conhecimentos técnicos relevantes para a região da SADC. O Dia 1 viu uma análise dos fluxos e necessidades de financiamento climático da região, bem como a contribuição técnica dos provedores de financiamento climático, seguida de apresentações dos representantes dos países sobre as suas experiências de acesso ao financiamento climático. O Dia 2 do seminário começou com a introdução de instrumentos de financiamento climático disponíveis para a região, seguido de sessões de discussão onde os representantes dos países forneceram insumos para os possíveis elementos da estratégia. As duas sessões finais do seminário resumiram os elementos do projecto de estratégia identificados pelos países e discutiram os próximos passos do Projecto NBF para a região, antes da conclusão do seminário pelo Presidente da SADC.

PROCEDIMENTOS DO WORKSHOP

SESSÃO DE ABERTURA E COMENTÁRIOS DE BOAS-VINDAS

A Sra. Pemy Gasela, do Departamento de Assuntos Ambientais da África do Sul, deu as boas-vindas aos participantes ao seminário e agradeceu ao secretariado da UNFCCC e ao Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul (SADC) pela organização do seminário. Em suas observações iniciais, ela deu uma breve visão geral do projeto NBF e da relevância do projeto para a região. Ela mencionou ainda que o workshop foi uma oportunidade para fazer um balanço dos fluxos de financiamento climático na região e o desenvolvimento de um oleoduto de necessidades de investimento e uma avenida para discutir um roteiro para a mobilização de financiamento climático para as necessidades. Concluiu a sua intervenção desejando a todos os participantes um compromisso frutuoso nos dois dias seguintes.

A Sra. Cecilia Njenga, do Escritório do PNUMA na África Austral, tomou a palavra para fazer o seu discurso de abertura onde enfatizou a emergência climática na região e destacou alguns dos desafios enfrentados pelos países devido às mudanças climáticas e efeitos relacionados. Aos desafios, ela disse que havia uma necessidade urgente, como região, de enfrentar a emergência. A Sra. Njenga encorajou os ministérios do ambiente e das finanças a trabalharem em conjunto e a enfrentarem conjuntamente a crise climática e a liderarem e coordenarem as estratégias de finanças climáticas a nível regional. Ela também compartilhou exemplos sobre como o sistema da ONU está apoiando os países no esforço para aumentar o investimento em resiliência climática e mitigação, como o projeto NBF da UNFCCC, que está apoiando regiões e países em todo o mundo para determinar suas necessidades de financiamento climático. Informou igualmente os participantes sobre a iniciativa financeira do PNUA que apoia o sector privado e as instituições financeiras a compreenderem e atenuarem os riscos climáticos e a aproveitarem as oportunidades comerciais em conformidade com os objectivos do Acordo de Paris. O PNUA, através dos seus projectos relacionados com o financiamento climático com governos, centra-se no apoio ao acesso dos países em desenvolvimento ao financiamento climático, directa ou indirectamente, através de entidades acreditadas do Fundo para o Ambiente Global (GEF), do Fundo Verde para o Clima (GCF), do Fundo de Adaptação (AF) e de fontes públicas bilaterais e multilaterais. Avançando, a Sra. Njenga reiterou que as partes interessadas precisam de trabalhar em conjunto e que, dados os desafios para produzir receitas de investimento para o clima e a resiliência, um mecanismo de redução do risco na região está a tornar-se importante para o qual ela deu o exemplo da Capacidade Africana de Risco (ARC), uma agência especializada da União Africana criada para ajudar os governos africanos a melhorar as suas capacidades para melhor planear, preparar e responder a eventos climáticos extremos e calamidades naturais. Ela desejou aos participantes sucesso no seminário e na orientação do desenvolvimento da estratégia, incluindo uma série de prioridades para a região da SADC.

INTRODUÇÃO, VISÃO GERAL E EXPECTATIVAS

O Sr. Grant A. Kirkman, secretariado da UNFCCC, deu uma visão geral do projeto NBF do secretariado, destacando os objetivos gerais do projeto, o papel da UNFCCC em todo o processo e como o secretariado da UNFCCC está mandatado pela decisão 6 da vigésima terceira sessão da Conferência das Partes (COP 23) para explorar formas e meios de ajudar os países em desenvolvimento a avaliar suas necessidades e prioridades financeiras e de investimento de uma maneira orientada pelo país e traduzi-las em ação. Ele então lançou luz sobre os objetivos e prazos do projecto NBF proposto pela SADC, afirmando que o projecto prevê o desenvolvimento de uma estratégia regional ampla baseada nas necessidades dos países.

Elaborativamente, ele descreveu o projeto mencionando que se trata de avaliar os fluxos de financiamento climático na região, mapear as fontes, identificar as prioridades para a região e, finalmente, combinar as prioridades com as fontes de financiamento. Ele mencionou que o projeto será executado em três fases, sendo o workshop parte da primeira fase - a fase inicial - que visa iniciar o processo de desenvolvimento da estratégia. A segunda fase - a elaboração da estratégia - culmina num seminário de validação para consolidar os pontos de vista dos países sobre a estratégia. A estratégia, uma vez acordada, deverá ser aprovada a alto nível político no âmbito do processo

da SADC. A fase final será a facilitação da mobilização do financiamento climático e a implementação efectiva da estratégia que os países devem assumir.

Ele também deu uma visão geral do progresso feito até agora e exemplos de países e regiões que fizeram parte do projeto. Para os blocos regionais, ele mencionou que pelo menos dois países assumiram um papel de liderança nas diferentes regiões que já estão em estágios avançados e tinham estratégias em vigor.

Ele então introduziu em breve a estratégia da Melanésia que já foi endossada no alto nível ministerial e apresentada na 50ª reunião do Conselho Subsidiário (SB) em Bonn e também na cúpula do Secretário Geral da ONU. Na cimeira, de acordo com o Sr. Kirkman, a estratégia foi apresentada a instituições financeiras e doadores para apoio e muitos parceiros estão agora empenhados na implementação da estratégia. Ele deu uma visão geral da estratégia e seu conteúdo, incluindo objetivos e cronogramas.

Após a apresentação, foi aberta a palavra para perguntas. O Sr. Geoffrey Sabiiti, do Centro de Predicação e Aplicações Climáticas do IGAD (ICPAC), perguntou sobre o cronograma do projeto e como se envolver no projeto. O Sr. Grant Kirkman respondeu que o projecto tem uma abordagem regional e que o seminário foi para a facilitação do acesso regional e estratégia de mobilização para os 16 países da SADC e actualmente em processo de comissionamento do mesmo para a região da África Oriental que será convocada com a Comunidade da África Oriental (EAC) no início de 2020.

Outra questão era sobre o que estava previsto como o prazo para a implementação e revisão de tais estratégias. Para isso, o senhor deputado Kirkman referiu que os calendários dependeriam do que os países regionais concordassem e que, tendo em conta que o processo tinha acabado de ser iniciado, seria de prever uma conclusão da estratégia no prazo de seis meses.

O Sr. Shepherd Muchuru, do Secretariado da SADC, apresentou então os resultados do Seminário da SADC sobre Alterações Climáticas realizado na semana anterior e destacou os sucessos, necessidades e desafios enfrentados pelos Estados Membros da SADC em relação às alterações climáticas e acção climática. Algumas das questões levantadas incluíram:

- Financiamento insuficiente para a implementação dos CND;
- Capacidade inadequada de mobilização e implementação de recursos;
- Desafio no acesso e aceitação do financiamento climático, por exemplo, GCF;
- Necessidade de aumentar a mobilização de recursos para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Apresentou ainda a Estratégia e Plano de Acção da SADC para as Alterações Climáticas (CCSAP da SADC), dando alguns antecedentes e explicando como se enquadrava no workshop. Ele reiterou sobre o impacto das mudanças climáticas na região e como os países regionais têm tido desastres relacionados com o clima, tais como cheias e ciclones que iniciaram actividades regionais para os Estados Membros da SADC. O Sr. Muchuru expôs esta questão com uma das iniciativas, o desenvolvimento e endosso do protocolo da SADC para a gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, que foi até à data ratificado por 3 dos 16 estados membros. Ele acrescentou que entre os objetivos do protocolo estava a promoção de uma gestão eficaz e resposta aos impactos da mudança climática na região.

Depois da apresentação do Sr. Muchuru, a plataforma foi dada para perguntas. Uma das questões levantadas dizia respeito ao financiamento para o desenvolvimento da *Estratégia de Mobilização e Acesso ao Financiamento do Clima da SADC*. A isso, o Sr. Kirkman respondeu que o financiamento é fornecido através do orçamento suplementar do secretariado da UNFCCC.

O Sr. Kirkman inquiriu então sobre a integração da NBF no CCSAP regional da SADC. A isto, o Sr. Muchuru respondeu que o CCSAP da SADC providencia a mobilização de recursos para os programas de mudanças climáticas. Ele também sugeriu que havia necessidade de capacitação para desenvolver propostas de financiamento financiáveis e a necessidade de chegar a um ponto em que um fluxo estável de recursos para projetos prioritários da região fosse garantido.

A Sra. Daisy Mukarate do PNUD África mencionou que muitas estratégias foram desenvolvidas para a região, apontando a importância de um plano claro sobre como a estratégia será implementada e os recursos serão mobilizados.

A Sra. Sibongile Mavimbela do secretariado da SADC também recomendou que, no desenvolvimento da estratégia, as directrizes e procedimentos da SADC, no que diz respeito à tradução nas línguas oficiais da SADC, devem ser tomados em consideração, para servir todos os estados membros.

SESSÃO 1: VISÃO GERAL DOS FLUXOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA A ÁFRICA AUSTRAL

A Sra. Leonie Routil, secretária da UNFCCC, fez uma apresentação sobre os fluxos financeiros climáticos na região da SADC. Devido à disponibilidade limitada de dados sobre algumas fontes de financiamento climático, como financiamento climático privado internacional, e financiamento climático público e privado de origem nacional, a apresentação centrou-se principalmente no financiamento climático público internacional, com base nos dados do CAD da OCDE, bem como em algumas análises sobre fluxos financeiros privados para projetos de energia renovável, com base nos dados da Bloomberg New Energy Finance. De acordo com os dados da OCDE, o total dos fluxos de financiamento público internacional do clima para a região entre 2013-2017 foi de 13,4 mil milhões de USD, com um influxo médio de 2,7 mil milhões de USD por ano. Os principais provedores de financiamento climático para a região são bilaterais, responsáveis por 58% dos fluxos internacionais de financiamento público climático, em comparação com 33% fornecidos por bancos multilaterais de desenvolvimento e 9% por fundos climáticos. Esta distribuição não é homogénea entre os países, com os países que recebem menos financiamento climático total a dependerem tipicamente mais fortemente de um tipo de provedor. Em termos de instrumentos financeiros utilizados, a região recebeu seu financiamento climático através de uma parcela igual de doações e instrumentos de dívida, com os provedores bilaterais dando principalmente doações e BMDs usando principalmente dívida (concessional e não-concessional). O financiamento climático relatado pela OCDE beneficia igualmente os projetos de adaptação e mitigação, sendo os principais setores receptores a energia, a agricultura, a água e o saneamento. O financiamento privado para as energias renováveis na região da SADC foi, em média, de 2,7 mil milhões por ano, com grandes flutuações anuais, bem como diferenças de país.

Após a apresentação, foi aberta a palavra para comentários e perguntas. A Sra. Pemy Gasela, do Departamento de Assuntos Ambientais da África do Sul, observou que o financiamento dos fundos climáticos era baixo em comparação com o financiamento recebido de outros tipos de provedores. Foi comentado que os fundos climáticos funcionam como um catalisador para o financiamento privado, o que explicaria a baixa participação.

Joachim Schnurr, da GFA Invest, perguntou se o financiamento climático destinado à assistência técnica estava parcialmente direccionado para o desenvolvimento de oleodutos de projectos financiáveis, que ele identificou como uma necessidade importante de capacitação na região.

Ao primeiro conjunto de perguntas, o Sr. Kirkman observou que, globalmente, quando comparados aos BMDs, os fundos climáticos fornecem uma parcela relativamente pequena do financiamento climático, o que, no entanto, tende a ter um impacto relativamente pequeno, uma vez que os fundos climáticos visam permitir uma mudança de paradigma, abordando as lacunas em áreas de alto risco. Prosseguiu, afirmando que esta observação poderia constituir uma oportunidade para uma análise mais aprofundada e para a inclusão na estratégia, caso os países pretendam facilitar melhorias neste domínio.

SESSÃO 2: PANORAMA DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA A ÁFRICA AUSTRAL

O Sr. Kamlesh Pillay do SouthSouthSouthNorth apresentou uma visão geral das necessidades de financiamento climático para a África Austral que foi baseada nas contribuições apresentadas Nationally Determined contributions

(NDC). Ele disse que a natureza das CDNs torna difícil para as estimativas dos países serem comparáveis, uma vez que algumas CDNs são custeadas a nível setorial, enquanto outras publicam números a alto nível, dividindo apenas entre mitigação e adaptação. Dos CND seleccionados com necessidades financeiras reveladas, o custo total estimado para a adaptação e a atenuação é de 197,755 - 202,755 mil milhões de USD até 2030, com grande semelhança nos sectores prioritários referidos nos diferentes CND, nomeadamente a energia e a eficiência energética. Referiu ainda que, de acordo com a IRENA 2017, as necessidades de investimento em energias renováveis para a implementação incondicional e condicional das CND continuam a revelar um défice de financiamento público e privado significativo em África. O Sr. Pillay terminou sua apresentação com a mensagem de que ainda existe uma lacuna financeira significativa entre os fluxos e as necessidades de mitigação e adaptação.

SESSÃO 3: VISÃO GERAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO CLIMA

Esta sessão teve como objetivo apresentar as diferentes fontes de financiamento do clima, bilaterais, multilaterais e regionais, de adaptação e mitigação, tanto públicas como privadas. A sessão delineou ainda uma análise comparativa geral dos requisitos, orientações e condições de acesso ao financiamento público internacional e nacional para o clima.

O Sr. Damien Navizet (responsável pelas alterações climáticas) da AFD deu o pontapé de saída para a sessão com uma apresentação sobre as diferentes fontes de financiamento do clima através da AFD. Ele mencionou um aumento dos compromissos da AFD com 17 países actualmente apoiados. Em seguida, ele destacou que é difícil para um banco nacional ter acesso a financiamento do GCF devido às altas expectativas para a gestão dos fundos. Ele recomendou que tanto as entidades acreditadas como as não acreditadas devem trabalhar em conjunto, e que o financiamento climático não deve vir apenas dos países do Norte. Ele foi mais longe para explicar que, para qualquer projeto, a qualidade do crédito é fundamental para o financiamento de qualquer instituição financeira. Na apresentação, fez igualmente uma introdução ao instrumento "Adapt'Action Facility" da AFD, cujo objectivo é operacionalizar o Acordo de Paris e que funciona como força motriz para acelerar os investimentos climáticos com uma tónica na adaptação. Ele mencionou que o mecanismo foi financiado pela AFD com cerca de 1,5 milhões para cada país onde o programa é implementado. O Sr. Navizet também introduziu o programa Transforming Financial Systems for Climate (TFSC) que visa criar um mercado para investimentos em tecnologias climáticas, removendo as barreiras financeiras e técnicas que os parceiros financeiros locais enfrentam.

Após a sua apresentação, foi levantada uma questão sobre se a AFD também apoia as questões relacionadas com as catástrofes e outra sobre os critérios da AFD para considerar os países para apoio e financiamento. Damien Navizet respondeu dizendo que, como parte da diplomacia e do governo francês, há países com parcerias fortes com a França, mas não há razão para que a AFD não possa trabalhar com outros países da região. Sobre os critérios, o Sr. Navizet explicou ainda que não se trata do país, mas sim do tipo de projecto e se os projectos são de interesse para o grupo AFD em termos de adaptação e mitigação. No que diz respeito à perda de desastres e danos, ele respondeu que, uma vez que a questão está relacionada com a redução do risco de desastres e a construção de capacidades locais para fazer face às calamidades e desastres climáticos, a AFD não está equipada, pois não é uma organização humanitária mas trabalha antes das catástrofes, o que, nesse aspecto, leva à preparação do país.

Joachim Schnurr do GFA também fez 4 inquéritos, primeiro se os bancos comerciais podem aceder a fundos ao abrigo do Programa TFSC ou se este se limita às IFD, segundo se o DBSA está a gerir o fundo, o terceiro inquérito foi se existe uma componente de subvenção incluída por exemplo para apoiar o desenvolvimento de programas, por último perguntou se a assistência técnica está incluída na estrutura de financiamento. A estes, o Sr. Navizet respondeu que até 17 países estão envolvidos no programa com uma divisão igual entre bancos comerciais e bancos nacionais de desenvolvimento. Como parte do processo de recrutamento dos bancos e como requisito do GCF, foram obtidas cartas de aprovação das respectivas AND dos países que aprovaram o programa, incluindo os nomes dos bancos comerciais e nacionais. Continuou que o investimento será feito através do DBSA, que terá acesso directo ao fundo ou utilizará os seus próprios recursos e só obterá assistência técnica no âmbito do programa. Concluiu dizendo que os empréstimos em condições favoráveis constituem a maior parte do programa, com garantias e uma componente de subvenção para assistência técnica na identificação e avaliação de projectos climáticos.

A Sra. Vibhuti Jain, USAID (Power Africa) tomou a palavra e apresentou uma visão geral da iniciativa Power Africa e dos seus objectivos, tipos de financiamento e assistência técnica e outros tipos de capacitação. Ela disse que há uma lacuna de financiamento para a energia na África Subsaariana que formou a gênese do programa Power Africa, com dois objetivos gerais sobre acesso à energia e geração de energia e infraestrutura. Da sua apresentação, a Power Africa alavancou 650 milhões de USD de apoio do governo dos EUA e cerca de 56 mil milhões de USD em compromissos de parceiros. Além de fornecer financiamento, ela mencionou que o programa também fornece assistência técnica, serviços jurídicos e assessores de transações que podem apoiar diretamente o setor privado ou governos. Ela fez eco da necessidade de coordenação e parceria entre IFD, doadores e parceiros de desenvolvimento. Para a região da África Austral, ela deu um exemplo de um veículo de propósito especial - o Programa de Energia da África Austral (SAEP) - que é um programa de assessoria e assistência técnica.

Após a apresentação, foi aberta a palavra para perguntas. Uma das questões levantadas foi sobre qual é o rácio de financiamento entre fundos para investimentos e fundos para aconselhamento técnico, e se o apoio da Power Africa é apenas para projectos relacionados com a mitigação ou adaptação também. A Sra. Jain respondeu que a maior parte do financiamento vai para assistência técnica e principalmente para o sector público, que tem a maior necessidade. Ela explicou ainda que, dos 56 bilhões de dólares americanos alavancados em compromissos, a maioria era para investimento direto em projetos. Ela continuou que a abordagem do programa Power Africa à mitigação e adaptação é através da lente do resultado do desenvolvimento, e que apesar de o Power Africa ser principalmente um programa de energia, há também um conjunto separado de fundos para assistência humanitária e assistência em catástrofes.

Foi ainda levantada uma outra questão sobre se o apoio técnico e os serviços de aconselhamento estão a pedido ou integrados nas actividades quando se envolvem com os países. A isto, a Sra. Jain respondeu que o apoio é maioritariamente orientado para a procura e que é fornecido apoio consultivo integrado e capacitação quando um pedido é recebido de um governo do país anfitrião.

Em seguida, a Sra. Musole Musumali, do BAD, fez uma apresentação sobre as iniciativas de financiamento do clima e do financiamento do clima pelo BAD. Referiu que o BAD aborda as alterações climáticas numa perspectiva de integração em todos os sectores, uma vez que todos os projectos têm a possibilidade de gerar co-benefícios de mitigação e adaptação. Ela insinuou o compromisso do Banco de apoiar a ação climática, mobilizando financiamento climático e iniciativas para apoiar a implementação das CND. Ela acrescentou que o banco pretende aumentar o acesso da África ao financiamento climático global de 4% (conforme identificado pelo estudo da análise CPI 2015) para 10% até 2020, e que o banco está empenhado em alcançar 40% de financiamento climático até 2020, com uma divisão 50/50 entre adaptação e mitigação. Quanto ao apoio à implementação dos CND, o banco procura ajudar os países catalisando e financiando a implementação dos CND. Entre as iniciativas que apoiam a implementação das CND está o Fundo Africano para as Alterações Climáticas (ACCF), que visa apoiar a transição para um desenvolvimento resiliente às alterações climáticas e com baixas emissões de carbono. Ela exortou os países sobre a necessidade de começar a pensar sobre o tipo de projetos que submetem a financiadores e instituições, como o BAD, GCF, etc. uma vez que existem requisitos rigorosos por parte dos financiadores. Ela deu uma visão geral de todos os outros fundos e financiamentos do banco para o clima e forneceu breves descrições de seus respectivos objetivos e áreas de enfoque.

A palestra foi aberta para perguntas, e uma pergunta foi levantada sobre a paridade 50/50 entre adaptação e mitigação, e sobre como o banco gerencia o fato de que alguns países consideram a adaptação mais do que a mitigação, digamos 60-40 para adaptação e mitigação respectivamente. A esta pergunta, a Sra. Musumali respondeu que o financiamento do banco é tanto para adaptação quanto para mitigação e reconhece o fato de que a adaptação é prioridade para alguns países e que historicamente mais financiamento geralmente vai para a mitigação, que é mais cara.

SESSÃO 4&5: EXPERIÊNCIAS DOS PAÍSES EM FINANÇAS CLIMÁTICAS (NECESSIDADES E PRIORIDADES)

Esta sessão teve como objetivo descompactar as prioridades e as necessidades de financiamento climático dos países. Foi uma oportunidade para os especialistas dos países expressarem e mostrarem as suas prioridades, planos e estratégias a nível nacional, e indicarem como e o que é necessário mobilizar e aceder a partir de onde e quando. Abaixo estão os pontos-chave compartilhados pelos países.

O Botsuana estabeleceu oficialmente uma Autoridade Nacional Designada (NDA) para o GCF em 2018 e começou a passar por um processo de capacitação. O país tem acesso ao financiamento climático através de disposições bilaterais, por exemplo, o Ministério do Ambiente, da Protecção do Solo e do Mar de Itália comprometeu-se a conceder algumas subvenções para financiar sistemas de alerta precoce, que incluem: o reforço das estações hidroeléctricas e das estações meteorológicas; e o reforço da resiliência dos sistemas agrícolas.

As estratégias, prioridades e necessidades do país incluem:

- A manifestação de interesse do país em ter uma entidade implementadora nacional para acessar o Fundo de Adaptação.
- Em 2017, o país desenvolveu um Quadro Estratégico para o Portfólio de Projetos de Financiamento do Clima através do PNUD. Foram identificadas 5 áreas programáticas prioritárias, sendo o sector energético o principal, seguidas da AFOLU, Adaptação Baseada em Ecossistemas, Reabilitação e Restauração de Rangelands Degradados.
- O país precisa de capacitação e apoio técnico para a Autoridade Nacional Designada (NDA) e para os diferentes ministérios envolvidos e que querem integrar as mudanças climáticas nos seus planos.
- A simplificação dos requisitos/ modelos de financiamento para um maior acesso ao financiamento, incluindo um ambiente propício com políticas de apoio, é também outra necessidade do país.
- Criação de uma unidade de mobilização de recursos, bem como de um plano de mobilização e implementação de recursos para alavancar o financiamento.
- O país também procura melhorar a coordenação do financiamento climático e o desenvolvimento de um quadro de monitorização e de relatórios financeiros que requerem capacidade e financiamento preparatório para criar um ambiente propício.
- Desenvolvimento de um plano de implementação e monitoramento das ações climáticas atuais.
- Houve uma sugestão do país de que há uma necessidade de aumentar a mobilização de financiamento na região para uma abordagem regional como a SASCA de 5 países. Tal iniciativa poderia ajudar a aumentar o acesso ao financiamento climático.

As Comores, tal como muitos outros países, exigiriam muito mais financiamento climático do que aquele que recebem actualmente. Isto é intensificado pelo conhecimento limitado das diferentes fontes de financiamento. Para atender a algumas das necessidades de assistência técnica, o país faz parte de um programa de preparação do GCF em andamento.

Algumas das necessidades e prioridades do país incluem:

- Necessidade de reforçar as capacidades de previsão dos dados relativos às alterações climáticas, especialmente para efeitos de adaptação.
- Investigação e monitorização das alterações climáticas, para melhor compreender a variabilidade e a incerteza relacionadas com as alterações climáticas.
- Capacitação institucional com ênfase na captação de financiamento e na estruturação do financiamento climático.
- Fortalecimento das capacidades nacionais locais em termos de pesquisa sobre mudanças climáticas para aumentar a resiliência especificamente dos meios de subsistência locais. Além disso, é igualmente necessário reforçar a capacidade dos decisores políticos em matéria de gestão integrada dos recursos e de riscos climáticos.
- Preparar e envolver todos os intervenientes para reagir de forma mais eficiente e eficaz às alterações climáticas em todos os sectores, da energia aos resíduos.

- Apoio a processos de negociação e transferência de tecnologia em todos os setores.
- Envolvimento do sector privado e uma troca regional de informações e desenvolvimento conjunto de ferramentas e riscos com outros estados membros da SADC.

Eswatini tem o Ministério do Turismo e Assuntos Ambientais como a instituição coordenadora para questões de mudança climática e atualmente a NDA para o GCF. O país recebe a maior parte do seu financiamento climático através de fontes bilaterais, ou seja, a UE, o governo italiano e a USAID através da Power Africa. Também recebeu financiamento de preparação para o clima do BAD, o que permitiu ao país fazer muitos progressos em termos de capacitação e consciencialização dos intervenientes sobre o financiamento do clima.

As necessidades, prioridades e estratégias incluem:

- Concepção de abordagens sectoriais mais programáticas que possam catalisar grandes somas de financiamento dos sectores público e privado.
- Coordenação a nível nacional para assegurar que qualquer projecto desenvolvido tenha também em conta uma abordagem denexo e assegure a alavancagem de mais fundos.
- Alinhamento dos planos de mitigação e adaptação climática aos planos de desenvolvimento nacionais e internacionais.
- Reforçar a capacidade institucional e técnica em termos de desenvolvimento e implementação de projectos de mitigação e adaptação de boa qualidade.
- Envolvimento com o sector privado para compreender o tipo de sector privado que pode oferecer financiamento climático dentro do país.
- Capacitação de todas as partes interessadas, incluindo o setor privado e, especialmente, os bancos nacionais, em termos de como desenvolver instrumentos de financiamento inovadores.
- Despesa pública climática e revisão institucional para que o país apresente um quadro fiscal nacional.
- Fortalecimento da pesquisa dentro do país, que também é relevante para a região, para que haja uma evidência científica sólida a partir da qual se possa desenvolver projetos de financiamento climático.
- Estabelecimento de uma unidade de mobilização de recursos que poderia ser coordenada entre o Ministério do Ambiente, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento Económico e o Ministério das Finanças para assegurar a coerência em termos da abordagem do país em matéria de financiamento climático.

O Lesoto lançou recentemente um programa de preparação do GCF para reforçar a capacidade da nação através da criação de uma NDA. Os fluxos financeiros provêm principalmente de fundos multilaterais com alguns fundos bilaterais, como os da União Europeia. O país também desenvolveu recentemente a sua política nacional em matéria de alterações climáticas. Atualmente desenvolvendo seu framework de MRV que também estará acompanhando os fluxos financeiros.

Algumas das principais prioridades e necessidades do país incluem:

- As principais acções identificadas pela política nacional em matéria de alterações climáticas são a criação de um fundo para as alterações climáticas e o incentivo à criação de outras instituições financeiras, incluindo instituições de microfinanciamento.
- Melhorar e capacitar os diferentes atores para mobilizar financiamento e também ser capaz de desenvolver projetos financiáveis que atraiam vários fundos regionais e internacionais.
- Desenvolvimento de um quadro de capacitação para apoiar o financiamento climático que também apoie a redução do risco do financiamento privado, incluindo as disposições legais e regulamentares que permitam a mobilização de recursos.
- Envolvimento robusto das partes interessadas.
- Forte participação ou parceria público-privada que deve desempenhar um papel no financiamento do clima e apoiar as atividades relacionadas com as alterações climáticas.

Madagascar, com atualmente nenhuma instituição financeira nacional credenciada pelo GCF, faz parte do programa de Prontidão da Comissão Regional do Oceano Índico (COI) do GCF. Em 2011, foi criada uma política nacional de combate às alterações climáticas que dá uma orientação geral sobre a forma de combater as alterações climáticas. Tem havido alguma capacitação através da formação de formadores em finanças climáticas através de diferentes projectos, programas e iniciativas nacionais. O país também recebeu apoio para a implementação do seu CND através do mecanismo de acção Adapt'Action da AFD, com um objectivo orçamental de 30 milhões de euros para um período de 4 anos. Para o país, a consolidação das estratégias nacionais com prioridades e estratégias regionais melhoraria o acesso ao financiamento.

As necessidades e prioridades de Madagáscar incluem:

- Criação de instrumentos de financiamento a nível nacional.
- Criação de um sistema nacional de monitorização que permita organizar e acompanhar a utilização de fundos nacionais e internacionais.
- Criação de instrumentos de financiamento a nível nacional.
- Capacitação a nível nacional para apoiar as partes interessadas no desenvolvimento de projectos financiáveis e na mobilização de financiamento.
- Facilitação da acreditação de uma instituição financeira nacional para acessar os fundos sob o GCF.
- Facilitação dos procedimentos de acreditação, incluindo a tradução da documentação relevante para o francês.

O Malawi mede menos de 1% da despesa pública interna equivalente ao PIB (12,5 milhões de USD) afectada ao ambiente e à gestão das alterações climáticas. A maior parte do financiamento para atividades climáticas vem através de fundos multilaterais, como o GCF, GEF, AF e os outros (um investidor climático). Como o país está perdendo uma quantia substancial em termos de PIB para desastres climáticos, por exemplo, inundações e ciclones, o país está atualmente em processo de solicitação de acreditação para o GCF para o qual ainda não teve sucesso. O Malawi está actualmente a desenvolver um Fundo Nacional para as Alterações Climáticas.

Para além das prioridades claramente definidas no Plano Nacional de Investimento para as Alterações Climáticas e no Plano Nacional de Desenvolvimento do País, algumas das prioridades e necessidades incluem:

- Acreditação de entidades nacionais nos fundos climáticos para facilitar o processo de acesso ao financiamento. Atualmente, apenas uma em cada quatro entidades fez progressos consideráveis no processo de acreditação com o GCF.
- De acordo com o país, o desenvolvimento de uma posição regional melhorará a implementação das ações climáticas.
- Desenvolver um sistema de informação de gestão financeira para acompanhar o financiamento climático que entra no país através de vários programadores e projectos.
- Capacitação institucional e técnica para desenvolver projetos financiáveis.
- Os setores priorizados para financiamento incluem: Agricultura, Energia, Água, Resíduos, Transportes, Construção e Pescas.

Moçambique tem uma ADN estabelecida sob a tutela do Ministério da Economia e Finanças. Apesar da falta de uma estratégia de mobilização de financiamento climático, o país criou um comité multisectorial de mudança climática para analisar diferentes propostas. O país também recebeu um programa de preparação no âmbito do GCF para fortalecer a NDA, sendo o parceiro de implementação o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Algumas das prioridades e necessidades de Moçambique incluem:

- Desenvolver e reforçar a capacidade da NDA e do comité multisectorial sobre as alterações climáticas para desenvolver notas conceituais para o financiamento da luta contra as alterações climáticas.
- Procura de financiamento para o programa Idai pós-ciclone.

A Namíbia é um dos países que tem um fundo estabelecido - o Fundo de Investimento Ambiental da Namíbia - que é credenciado pelo GCF. Além disso, o país tem duas outras entidades em processo de credenciamento pelo GCF, o Banco de Desenvolvimento da Namíbia e o Banco Agrícola da Namíbia para projetos maiores. O país também concluiu o custeio da sua CND em 2015 num montante de cerca de 33 mil milhões de USD, tendo o governo contribuído incondicionalmente com cerca de 10%. Além disso, a Desert Research Foundation of Namibia (DRFN) é credenciada pelo Fundo de Adaptação. Assim como outros países da região, o país tem uma NDA estabelecida sob o Ministério do Meio Ambiente e Turismo. O país tem recebido financiamento através de canais internacionais como Deutsch Bank, AFD, DBSA KFW, GEF, AF, etc.

As necessidades e prioridades do país são:

- Cerca de 33 mil milhões de USD para implementar plenamente a sua CND.
- Desenvolvimento de um sistema de monitorização do financiamento climático e MRV para CND.
- Capacitação para o desenvolvimento de projetos.

Seychelles: Desde que o país passou de um estatuto de rendimento médio para um estatuto de rendimento elevado em 2015, houve uma redução da ajuda dos parceiros bilaterais, excepto em circunstâncias excepcionais, com alguns parceiros como Abu Dhabi e a China. Isto levou o país a utilizar vários mecanismos para aceder ao financiamento climático. No âmbito do Ministério do Ambiente, Energia e Alterações Climáticas, a unidade de coordenação dos programas do GEF-GOS PNUD foi criada para coordenar e supervisionar todos os projetos ambientais e energéticos financiados pelo GEF/PNUD no âmbito da implementação pelo Governo. Também existe um comitê de direção que verifica todos os projetos e garante a credibilidade dos projetos. O Seychelles Conservation and Climate Adaptation Trust Fund (SeyCCAT) foi criado através de uma conversão da dívida para a conservação marinha e adaptação climática. O SeyCCAT foi criado para gerir os rendimentos do capital misto da conversão da dívida e, em troca, o governo das Seicheles comprometeu-se a melhorar as políticas e a aumentar o investimento na conservação marinha e na adaptação climática.

Para as Seicheles, as necessidades e prioridades incluem:

- Implementação das numerosas políticas e estratégias do país que formam o contexto de projetos e conceitos de mudança climática.
- Reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas.
- Fortalecimento da gestão e governança ambiental.

A África do Sul tem inúmeras fontes de financiamento - governo, bancos multilaterais de desenvolvimento, doadores bilaterais e o sector privado. O país também tem um imposto sobre o carbono em vigor, dotações orçamentais específicas, veículos e fundos para fins especiais e programas especiais que são todos avenidas de financiamento climático para as necessidades de financiamento significativas do país. Além disso, a África do Sul tem uma entidade implementadora - o DBSA - que é credenciada pelo GCF. Um dos principais desafios para a África do Sul é catalisar, à escala de toda a economia, o financiamento e o investimento na transição para uma economia e sociedade de baixo carbono e resiliente ao clima.

As necessidades e prioridades são:

- Necessidades financeiras significativas para mitigação futura, especialmente energia renovável, descarbonização de eletricidade, captura e armazenamento de carbono e outras tecnologias, como a solar.
- Implementar os sistemas de mitigação.
- Construindo resiliência nos municípios e comunidades locais.
- Fundo de capital para projetos de pequenos produtores independentes de energia e projetos de baixo carbono e promoção de tecnologia.
- Capacitação para governar, regular, instalar e operar tecnologias.

A República Unida da Tanzânia estabeleceu uma NDA e submeteu uma proposta de prontidão ao GCF, mas ainda não foi aprovada. O país recebe principalmente financiamento climático através de canais multilaterais, incluindo

GEF, Fundo de Adaptação, LDCF e GCF. Embora não haja atualmente nenhuma instituição credenciada para financiamento, o país tem duas instituições que estão passando por um processo de credenciamento sob o GCF. O custo estimado da implementação do CND da Tanzânia é de 14 mil milhões de USD.

Algumas das prioridades e necessidades são;

- Financiamento e apoio à implementação do CND.
- Financiamento da implementação da Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas e do Programa de Acção Nacional de Adaptação, ambos com acções prioritárias de mitigação e adaptação.
- Desenvolver e reforçar as capacidades da NDA.
- Apoiar as instituições locais para que se tornem Entidades Nacionais de Implementação.
- Envolvimento das partes interessadas.

O Zimbabué tem a Agência de Gestão Ambiental acreditada como Entidade Nacional de Implementação (NIE) para o Fundo de Adaptação. Além disso, o Banco de Desenvolvimento de Infraestrutura do Zimbábue (BIDZ) também está buscando acreditação para o GCF com o apoio do Banco Mundial e outras organizações. O país tem uma NDA de pleno direito alojada sob o ministério de terras, agricultura, água, clima e desenvolvimento rural.

Abaixo estão algumas das principais prioridades e necessidades do país.

- Capacitação em desenvolvimento de propostas e projetos.
- Financiamento da Estratégia de Resposta às Alterações Climáticas e do Desenvolvimento com Baixas Emissões.
- Sensibilização do Ministério das Finanças e do Desenvolvimento Económico para desempenhar o seu papel de facilitador no financiamento do clima.
- Recursos para perdas e danos causados por eventos climáticos extremos, como ciclones, tempestades e ventos.
- Recursos para tecnologias climáticas inteligentes nos domínios da energia, agricultura, infra-estruturas, indústria, transportes e resíduos.
- Necessidade de envolver o sector privado para investir nas alterações climáticas.
- Assistência na criação de Fundos Nacionais para o Clima para alavancar o financiamento internacional do clima.
- Desenvolvimento de mecanismos de financiamento inovadores, por exemplo, obrigações ecológicas e instrumentos de financiamento misto.
- Facilitação de abordagens regionais na mobilização de financiamento climático.
- Reforço dos sistemas regionais de alerta rápido e da estratégia regional de resposta a catástrofes.
- Desenvolvimento de uma abordagem paisagística regional para criar sinergias entre a adaptação às alterações climáticas e a atenuação para uma abordagem unificada das questões relacionadas com as alterações climáticas.

Após a apresentação sobre as necessidades e prioridades do Zimbabué, o Sr. Martin Burian do GFA tomou a palavra para apresentar brevemente as experiências com a Estratégia de Desenvolvimento de Baixas Emissões (LEDS) para o Zimbabué. Ele mencionou que o desenvolvimento de LEDS é importante porque alguns contêm custos financeiros que podem ser uma grande ajuda na procura de fundos. Na sua apresentação, referiu que existe um défice de investimento significativo que pode ser colmatado através de financiamento privado e que é necessário envolver eficazmente o sector privado.

Angola submeteu a sua primeira proposta de prontidão ao GCF que visava a capacitação da NDA. Mesmo quando não existe uma política e regulamentação claras sobre Financiamento do Clima sem nenhum NIE, o sector privado em Angola está cada vez mais envolvido no financiamento do clima e nas mudanças climáticas.

Para o país, as necessidades prioritárias incluem:

- Reforço das capacidades e assistência técnica em todos os sectores, incluindo a agricultura, a silvicultura, a água, a energia e as zonas costeiras.

- Para o país, é importante estudar outros planos regionais para integrar ideias (consolidar ideias).
- Consolidar as necessidades sub-regionais e alinhar as prioridades, por exemplo, ilhas e países sem litoral
- Necessidade de utilizar programas regionais já estabelecidos.

ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO DIA

O Sr. Kirkman fez um discurso de encerramento e um resumo da sessão do dia, agradecendo a todos os participantes pelas suas contribuições e deliberações durante o dia.

DIA 2

SESSÃO 6: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sra. Rentia van Tonder, do Standard Bank, fez uma apresentação sobre o fortalecimento do continente através de uma abordagem sustentável. Ela destacou as limitações de posse sob a regulamentação de Basileia, que exige parcerias com bancos de desenvolvimento. Ela também mencionou que o Standard Bank exige uma certeza política na região para implementar projetos de energia. Disse ainda que os off-grids necessitam de financiamento por um período superior a 10 anos, o que não está bem alinhado com a posse comercial de 5 anos, recomendando, portanto, as parcerias DFI como fundamentais. Para o investimento comercial em energias renováveis, a mitigação dos riscos de pagamento e a criação de certeza ajudam muito a desbloquear o financiamento, por exemplo, o uso de acordos de implementação assinados entre IPPs e o Tesouro Nacional. No entanto, ela advertiu que esta não é uma solução viável em todos os lugares, já que as garantias governamentais nem sempre são viáveis. Outro exemplo de mitigação de riscos que ela deu é o Power-pooling, que oferece o potencial para diversificar os off-takers através de múltiplos contratos de compra de energia (PPAs) que fornecem segurança.

O Sr. Jonathan First, do DBSA, tomou a palavra com uma apresentação onde mencionou que 90% do financiamento concessional disponível hoje é destinado a enfrentar as mudanças climáticas. No entanto, ele disse que cabe ao governo criar o ambiente para que o financiamento climático funcione. Ele continuou que os dias de confiar no governo para os serviços de utilidade pública estão lentamente a desaparecer; e que o sector privado vai desempenhar um papel cada vez mais importante. Para o envolvimento do setor privado, ele reiterou que o governo novamente precisa criar o ambiente propício e também propôs a necessidade de encontrar uma maneira de usar o mercado de capital de dívida local, especialmente em relação ao empréstimo em moeda estrangeira. Ele elaborou isso com um exemplo de financiamento concessional que poderia ser usado para financiar infraestrutura. Ele também disse que os bancos verdes oferecem uma solução potencial que poderia ser emprestada de modelos do mundo desenvolvido e adaptados ao contexto do mundo em desenvolvimento. Ele mencionou que o DBSA está a ponderar a criação de um Banco Verde, com o apoio do Conselho de Administração, para tornar o banco mais ecológico e abordar os ODS. Ele fez um relato sobre o Climate Finance Facility (CFF) dizendo que sua metade financiada pelo GCF e a outra metade pelo DBSA se aglomeraram em recursos adicionais. Prosseguiu, explicando que o CFF oferece soluções através da extensão da posse e da garantia de primeira perda, acrescentando que, actualmente, no âmbito do mecanismo rand, estão a procurar criar outros bancos verdes que poderiam ser mais bem estabelecidos nas IFD nacionais.

O Sr. Joachim Schnurr do GFA apresentou sobre a implementação de abordagens de cooperação na África Austral. Em sua apresentação, ele sugeriu a necessidade de pensar sobre o financiamento de carbono baseado no mercado, um mercado que está começando a evoluir e abordagens cooperativas sob o Acordo de Paris durante a próxima década.

Ele então propôs quatro oportunidades emergentes:

- CEF4SAPP - um concurso regional para países do Pool de Energia da África Austral (SAPP) para desenvolver projetos de energia renovável estrategicamente localizados no pool, financiados através de reequipamento

de carbono (relacionado com a redução de emissões). O conceito foi encaminhado ao Transformative Carbon Asset Facility (TCAF) do Banco Mundial.

- O primeiro programa do mundo ao abrigo do artigo 6.2 do Acordo de Paris está a ser desenvolvido pelo Ministério do Ambiente alemão para reduzir as perdas de transmissão no Uganda, Moçambique, Zimbabué e Zâmbia.
- O governo suíço está procurando compensar as emissões do transporte de todo o país através do financiamento da eficiência energética de refrigeração e da mudança para refrigerantes naturais nos estados membros da SAPP, o que também está previsto no artigo 6.2.
- Tecnologia verde de hidrogénio e de pilhas de combustível para o sector dos transportes da África do Sul, que foi submetida ao mecanismo NAMA.

Ele explicou que, ao desenvolver os programas acima, o foco está no potencial de redução economicamente viável dentro dos subsectores da economia para aumentar as emissões usando uma abordagem passo a passo. Salientou ainda que a alavancagem do co-financiamento do sector privado é fundamental para todos estes tipos de intervenções, na medida em que certos mecanismos estabeleceram determinados rácios mínimos a este respeito.

A Sra. Maano Nepembe, do Banco de Desenvolvimento da Namíbia, também fez uma apresentação. Ela deu uma visão geral do banco onde ela mencionou que o banco foi criado pela lei do parlamento e está em serviço há 15 anos. Com o objectivo de fornecer financiamento para apoiar as principais actividades de desenvolvimento, sendo a maior parte do financiamento o financiamento da dívida, com cerca de 90%, e o restante o financiamento de capitais próprios. Ela disse que o banco está agora se movendo para financiar projetos relacionados ao clima com trabalho substancial no financiamento de projetos de energia renovável, incluindo energia solar, eólica e biomassa, com o financiamento indo para a infraestrutura. O banco foi nomeado pela NDA para o GCF para projetos relacionados ao clima e apresentou seu pedido de acreditação ao GCF.

Daisy Mukarakate do PNUD África apresentou as acções de apoio do PNUD às alterações climáticas, organizadas em três pilares: ambição, aceleração, mobilização (especialmente do lado da procura). Dependendo dos respectivos contextos nacionais, ela destacou que a FONERWA pode ser um exemplo clássico e um modelo de financiamento para outros países. Propôs que, durante o desenvolvimento da estratégia, esta fosse associada aos planos específicos de cada país. É necessário analisar as prioridades nacionais para a região, que, mais uma vez, têm de ser alinhadas com as prioridades de desenvolvimento regional. Ela mencionou a necessidade de um sistema de MRV para acompanhar o financiamento do clima, uma vez que é geralmente difícil quantificar e contabilizar o dinheiro gasto pelos governos.

SESSÃO 7: POSSÍVEIS ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO E ACESSO AO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO DA ÁFRICA AUSTRAL

O possível conteúdo e processo de desenvolvimento da *Estratégia de Mobilização e Acesso ao Financiamento do Clima da SADC* foram discutidos em 3 sessões de discussão. Nos diferentes grupos de discussão, os participantes deram contributos sobre os possíveis elementos da estratégia. O [anexo I contém](#) um resumo dos elementos propostos da estratégia.

REPORTAR AS SESSÕES DE BREAK-OUT

Após a sessão de encerramento, os resultados dos três grupos foram partilhados e discutidos em plenário. Abaixo, um resumo dos pontos de discussão, respostas e sugestões adicionais para as apresentações dos grupos.

- Foi proposto que os Ministros das Finanças participem no desenvolvimento e aprovação da estratégia. Observou-se que o financiamento interno pode ser usado para demonstrar compromisso, o que foi apresentado como outro argumento para envolver todos os ministros. Todos os actuais Estados-membros confirmaram que a estratégia deve ser endossada ao nível do Conselho de Ministros da SADC.

- Foi levantado que os arranjos para a aprovação de documentos e endosso da estratégia no âmbito da SADC deveriam ser o Conselho de Ministros do Ambiente e Recursos Naturais da SADC.
- No CCSAP da SADC, foi enfatizado que este foi adoptado em 2015, e será submetido a uma revisão para incluir o Acordo de Paris, a Agenda 2063 da União Africana, e a Agenda 2030 (ODS).
- O apelo à criação de um banco verde da SADC e de um mecanismo de bonificação de juros para toda a SADC foi considerado por um perito como não viável devido a questões técnicas (concessionalmente, taxas de câmbio, moeda comum, diferentes sistemas legais, línguas, etc.). Para tal, foi proposta uma sugestão alternativa de que a Estratégia deve apoiar a criação de bancos verdes na região, como instituições bancárias nacionais independentes ou existentes dentro dos bancos de desenvolvimento nacionais. E que estes poderiam ser apoiados pelo GCF, SADC e DBSA.
- As Seicheles solicitaram uma avaliação independente da estratégia e da sua execução, com a inclusão de um relatório trimestral e de uma revisão intercalar.
- Foi explicado que, para a aprovação da estratégia, a SADC teria de acolher um ministério conjunto das finanças, do planeamento e do ambiente e, em alguns casos, da terra.

Após a sessão, o Secretariado da SADC lembrou aos membros para ratificar o Protocolo sobre Ambiente da SADC, que foi aprovado pelos ministros da SADC em 2014 e só foi ratificado por 3 países até à data. Foi ainda enfatizado que, para que a acreditação GCF do Secretariado da SADC seja possível, os Estados Membros teriam de assinar cartas de não objecção.

SESSÃO 9: ELEMENTOS DE UM PROJECTO DE ESTRATÉGIA

O Sr. Kamlesh Pillay, SouthSouthSouthNorth fez uma apresentação onde resumiu os diferentes elementos da estratégia, conforme preliminarmente definidos pelos Estados membros, incluindo cronogramas, metas, objetivos, impactos esperados, áreas estratégicas e ações. Ele repetiu o objectivo das estratégias "**Facilitar e melhorar um maior acesso e mobilização de financiamento climático com os Estados Membros da SADC que permita fluxos financeiros atempados e previsíveis**". O desenvolvimento da estratégia, incluindo a aprovação pelos ministros de alto nível, deverá estar concluído em 2020.

SESSÃO 10: PRÓXIMOS PASSOS PARA O PROJETO BASEADO EM NECESSIDADES

Como a última sessão do seminário, o Sr. Kirkman do secretariado da UNFCCC apresentou aos participantes os próximos passos para a *estratégia de Mobilização e Acesso ao Financiamento do Clima da SADC*. Ele apresentou áreas como os mecanismos e regulamentos relacionados à precificação de carbono, gastos públicos e investimentos, parcerias público-privadas, apoio ao desenvolvimento de produtos e serviços financeiros verdes e integração da análise de risco climático em estruturas de garantia, gestão de portfólio do banco central. Ele então apresentou os próximos passos para o projecto NBF para a SADC com os prazos previstos. Ele agradeceu a todos os participantes por sua participação ativa e sugestões durante o workshop.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Os comentários finais foram feitos por Cletus Shengena, Departamento do Ambiente da Tanzânia, Presidente da SADC, que agradeceu ao Secretariado da UNFCCC, ao Secretariado da SADC e ao governo sul-africano, pelo apoio ao seminário. Ele aplaudiu todos os participantes, em suas diferentes capacidades, por suas contribuições e apoio para tornar a oficina um sucesso. Após as suas observações, ele fechou oficialmente a oficina.

Anexo I

Resumo dos resultados do Workshop Técnico da SADC 4-5 de Novembro de 2019 Jhb, África do Sul

Objetivo:

Desenvolver uma Estratégia de Financiamento do Clima na África Austral que melhore a acessibilidade e mobilização do financiamento do clima para as necessidades e prioridades climáticas comuns nos países da África Austral.

Considerações:

A estratégia deve promover princípios de inclusividade, equidade, transparência e responsabilização, ao mesmo tempo que aborda desafios comuns.

- *Propriedade:* O desenvolvimento e a execução da estratégia são conduzidos pelos Estados-Membros da SADC, que procuram promover a apropriação e a execução conjunta.
- *Escala:* A estratégia centrar-se-á nas necessidades regionais, com o objectivo de influenciar as acções nacionais no sentido de assegurar um fluxo adequado, oportuno, previsível e sustentável de financiamento da luta contra as alterações climáticas.
- *Cobertura:* A estratégia deve abranger fontes públicas e privadas de financiamento climático. O financiamento público do clima deve incluir fontes bilaterais, multilaterais, internacionais e nacionais.
- *Alinhamento:* A estratégia deve complementar e alinhar-se com a Estratégia de Resposta às Alterações Climáticas da SADC (RCCRS), os objectivos e prioridades nacionais de desenvolvimento, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas da Agenda 2063 da União Africana.
- *Setores:* A estratégia de financiamento climático precisa de abordar os sectores críticos conforme delineado nas Contribuições Determinadas Nacionalmente pelos Estados Membros da SADC, mas ser suficientemente ampla para atender às diferenças nas necessidades e prioridades entre os países.
- *Capacitação:* A estratégia de financiamento do clima deve permitir o reforço das capacidades com base nas melhores práticas internacionais, bem como a aprendizagem entre pares.

Princípios:

Os seguintes princípios emergiram através do diálogo facilitado com as partes interessadas na Oficina de Iniciação para o projeto e fornecem uma estrutura para a estratégia, bem como o processo para o desenvolvimento:

A estratégia e o seu processo de desenvolvimento...

- Deve ser conduzido pelo país com apropriação por parte dos países (ou seja, os estados membros da SADC)
- Deve incluir necessidades e prioridades comuns, considerando as realidades de cada país
- Será um processo consultivo inclusivo com os Estados-Membros
- Deve considerar as políticas e estratégias regionais no âmbito da SADC
- Deve evitar a duplicação de esforços e promover o alinhamento pelas políticas e estratégias regionais existentes
- Deve promover sinergias com outras actividades de desenvolvimento na região
- Deverá apoiar a implementação dos CND
- Deve produzir resultados e projetos impactantes e transformadores
- Deve incluir soluções colaborativas e integradas para lidar com as barreiras existentes, permitir o desenvolvimento de capacidades e a aprendizagem entre pares.
- Aprender com as melhores práticas de outras regiões, quando aplicável
- Incluir instrumentos de financiamento personalizados e inovadores relevantes para a região

- Promover a transparência, a inclusão, a equidade (entre países) e a responsabilização
- Envolver as partes interessadas relevantes dos setores público e privado
- Reforçar as parcerias entre IFD regionais, bancos nacionais de desenvolvimento, bancos comerciais e outras instituições/sociedades de financiamento privadas

Âmbito de aplicação:

A definição do âmbito da estratégia exige o equilíbrio entre as necessidades regionais e as medidas necessárias para as satisfazer. Os participantes enfrentaram esse desafio, concordando com os pontos abaixo no resumo dessas discussões, observando que o sentimento dominante era de que a estratégia deveria ser orientada para a ação e viável.

- Abranger questões regionais e nacionais
- Enquadrar e visar necessidades e prioridades comuns
- Incluir metas de curto, médio e longo prazo
- Sectores relevantes descritos nas CND, planos, estratégias e políticas nacionais, incluindo Energia, AFOLU (principalmente segurança alimentar), Água e Saneamento, Transportes,
- Observando a vantagem do amplo alcance da estratégia: será aplicável a todos os países (os países devem concentrar-se nas necessidades individuais)
- Incluir todos os fundos disponíveis (públicos, privados, internacionais, bilaterais, multilaterais, nacionais, ...)
- Previsto para abranger a região da SADC através das várias disposições de implementação, incluindo (i) transfronteiriças; (ii) multipaíses; e (iii) actividades de cada país.
- Cooperação regional (aprendizagem entre pares, cooperação em programas/projectos)
- Incluem uma vasta gama de instrumentos financeiros: financiamento misto, empréstimos a taxas preferenciais com garantia CDIC, seguros contra riscos climáticos, garantias, cobertura cambial.
- Adaptação, mitigação, incluindo questões transversais; bem como o género, sistemas de alerta precoce, redução do risco de desastres
- Estabelecer plataforma/portal para a partilha de informação sobre financiamento climático (este tipo de plataforma pode existir a partir de outras estratégias)
- Mecanismos de financiamento para desbloquear o investimento do sector privado; (importância do sector doméstico)
- Distinguir diferentes tipologias de utilizadores da estratégia e visar acções específicas que respondam às diferentes necessidades de diferentes grupos de utilizadores (por exemplo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, países costeiros, etc.)

Calendário da estratégia:

Foram propostas duas opções:

- 5 anos, de Janeiro de 2020 a 2025, com revisão intercalar;
- Estratégia de longo prazo até 2030 com uma revisão de 5 anos (para alinhamento com os períodos de revisão das CND e Agenda 2030)

Prazo de desenvolvimento:

Finalização no segundo semestre de 2020, prorrogação sujeita apenas aos recursos disponíveis.

Impacto pretendido da estratégia:

Os impactos abrangentes previstos para serem implementados pela Estratégia de Financiamento do Clima incluem:

- Eficácia através da escala de projetos transformadores e impactantes;
- Maior redução da vulnerabilidade, redução das emissões de GEE;
- Melhoria da capacidade institucional;
- Melhoria do rastreamento e MRV das finanças climáticas regionais e nacionais.

Projectos/iniciativas/programas regionais:

Os participantes concordaram sobre as prioridades regionais que poderiam incluir projetos transfronteiriços e multi-países para facilitar a eficácia e a eficiência na escalabilidade, cooperação padronizada, compartilhamento de informações e aprendizagem. Um mecanismo de financiamento regional para apoiar bancos nacionais, melhorar a capacidade do banco nacional, um instrumento de risco comum para cobrir a exposição do projeto ao risco cambial, um mecanismo de seguro regional para cobrir desastres e exposição a efeitos prejudiciais de início curto das mudanças climáticas, e apoiar entidades que buscam credenciamento junto ao GCF. Uma abordagem de financiamento regional para a água, a energia e os transportes.

Endosso:

Os participantes concordaram que a estratégia deve ser endossada a nível ministerial da SADC através do Conselho de Ministros do Ambiente e Recursos Naturais da SADC. Os ministérios das finanças devem fazer parte do processo de envolvimento e aprovação.

Desempenho e indicadores:

Os participantes acordaram que a monitorização e a revisão da estratégia devem ser alinhadas com o projeto de instrumento sobre MRV a desenvolver no âmbito do mandato conferido à SADC. Foi ainda sugerida a inclusão de uma avaliação independente (desenvolvimento, adopção, aprovação, validação) e de relatórios periódicos sobre a aplicação da estratégia:

- Relatórios semestrais
- Relatórios anuais
- Avaliação intercalar
- Relatório final

Os tipos de indicadores a incluir devem ser: fundos recebidos, fundos comprometidos, projetos aprovados, impacto esperado do projeto (mitigação, adaptação), avaliação da lacuna de financiamento, se o financiamento gasto corresponde às necessidades, se os impactos das atividades planejadas, se a porcentagem de desembolso para mitigação ou adaptação é equilibrada e quanto tempo leva o processo de candidatura/projeto.

Implementação:

- Consideração dos recursos e financiamento da implementação e operacionalização da estratégia.

Aviso legal: Está é uma tradução criada automaticamente que pode incluir erros. Para uma descrição completa dos procedimentos, consulte a versão em inglês deste relatório

- Plano de implementação a ser desenvolvido, incluindo monitorização e avaliação.
- Papel do secretariado da SADC: coordenação durante toda a fase de implementação.
- Papel do secretariado da UNFCCC: coordenação e trabalho do consultor de financiamento no desenvolvimento da estratégia; identificação de parceiros para a implementação estratégica.
- Papel dos parceiros no terreno: envolvimento a nível operacional, apoio, reforço das capacidades.
- É necessária uma aprovação política a alto nível (a nível ministerial), com os ministros do Ambiente e das Finanças a aprovarem a estratégia.

Anexo II

Lista de Participantes

	Nome e Sobrenome	Posição	Organização/país
1	Ms. Musole Musumali	Regional Climate Change Officer	African Development Bank
2	Mr. Carl Bernadac	Deputy Regional Director AFD	Agence Française de Développement
3	Mr. Damien Navizet	Head of the Climate Division	Agence Française de Développement
4	Ms. Arlette Massala	Secretary of State Consultant	International Relations Department Ministry of Environment-Angola
5	Ms. Janet C. Selato	Principal Meteorologist	DMS Met Services- Botswana
6	Ms. Aicha Haribou	Climate Change Expert	Ministry of Environment-COMOROS
7	Ms. Zalhat Bacar		COMOROS
8	Mr. Mubilayi Kabeya François	Head of Office at the Directorate of Sustainable development	Democratic Republic of Congo
9	Ms. Maano Nepembe		Development Bank of Namibia
10	Mr. Jonathan First	Head of Syndication Finance/ Lead Specialist Product Incubator	Development Bank of Southern Africa
11	Ms. Khetsiwe Khumalo	Climate change programme coordinator	Ministry of Tourism and Environmental Affairs, Climate Change Unit- Eswatini
12	Ms. Sanelisiwe Mamba		Eswatini
13	Mr. Joachim Schnurr	Director Competence Centre for Climate and Energy	GFA ENVEST GmbH
14	Mr. Martin Burian	Specialist Competence Centre for Climate and Energy	GFA ENVEST GmbH
15	Mr. Geoffrey Sabiiti	Climate Scientist	IGAD ICPCAC
16	Ms. Malipalesa Mei	Senior Budget Officer	Ministry of Finance-Lesotho
17	Ms. Mookho Monnapula	Meteorologist	Lesotho Meteorological Services
18	Mr. Lantoniaina Herisoa Andriafenomiarisoa	Technical Collaborator	Ministry of the Environment, Ecology and Forests-Madagascar
19	Ms. Mialisoa Lalaina		Bureau National de Coordination des changements Climatiques Madagascar
20	Mr. Patrick Mkwapatira	Environmental Officer	Ministry of Natural Resources, Energy and Mining-Malawi
21	Ms. Tawonga Mbale	Director of Environmental Affairs.	Environmental Affairs Department Malawi
22	Ms. Rosalia Marta Pedro	Chefe de Repartição de Género Direcção Nacional do Ambiente	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural- Mozambique
23	Ms. Sónia Jacques Gherson Da Silveira	Advisor of the GCF National Focal Point	National Directorate for Monitoring and Evaluation Ministério da Economia e Finanças - Mozambique
24	Ms. Veripamue Kahimise		Namibia
25	Mr. Shepherd Muchuru	Programme Officer- Climate Change	SADC Secretariat
26	Ms. Sibongile Mavimbela	Senior Programme Officer	SADC Secretariat
27	Mr. Benjamin Vel	Consultant	SEYCHELLES
28	Ms. Funanani Muremi	Deputy Director of International Climate Change	Department of Environmental Affairs - SOUTH AFRICA

Aviso legal: Está é uma tradução criada automaticamente que pode incluir erros. Para uma descrição completa dos procedimentos, consulte a versão em inglês deste relatório

29	Ms. Pemmy Gasela	Director of International Climate Change	Department of Environmental Affairs SOUTH AFRICA
30	Mr. Kamlesh Pillay	Technical advisor	SouthSouthNorth
31	Mr. Mohamed Allie		SouthSouthNorth
32	Ms. Rentia van Tonder	Head: Renewable Energy, Power & Infrastructure	Standard Bank
33	Ms. Daisy Mukarakate	Regional Climate Policy Advisor	UNDP Africa
34	Ms. Cecilia Njenga	Regional Programme Co-ordinator Southern Africa	UNEP Southern Africa Office
35	Mr. Grant Kirkman	Programme Officer	UNFCCC secretariat- Germany
36	Ms. Leonie Routil	Consultant	UNFCCC secretariat- Germany
37	Mr. Gabriel Malunga	Research Associate	UNFCCC_ RCC Kampala
38	Ms. Brenda Rwamahe	Administrative Assistant	UNFCCC_ RCC Kampala
39	Mr. Cletus Shengena	Principal Environmental Officer	Vice President's Office. Department Of Environment-United Republic of Tanzania
40	Ms. Vibhuti Jain	Development Partners Specialist	USAID - Power Africa
41	Mr. Chemist Gumbie	Director - Research & Training Division	Forestry Commission-Zimbabwe
42	Mr. Nesbert Samu	Principal Director - Programmes	Parliament of Zimbabwe